

ENERGIA  
NUCLEAR

# Controle democrático

ANDE

LUIZ PINGUELLI ROSA

O aniversário do acidente com o reator nuclear de Chernobyl na União Soviética trouxe de volta às páginas da imprensa a questão da energia nuclear, do ponto de vista dos riscos das centrais nucleares para geração elétrica, como a de Angra dos Reis. Recapitulando o que ocorreu no Brasil em decorrência daquele acidente, o balanço revela alguns pontos positivos, mas permanecem pontos negativos e problemas não resolvidos ou mal resolvidos.

Não se trata de estimular confusões, frequentes quando se aborda tema de forte efeito emocional, inevitável por se referir a risco de vida para a população. O episódio de Chernobyl foi utilizado ideologicamente em um primeiro momento por se tratar de um reator soviético, chegando-se a noticiar que já tinham ocorrido milhares de mortes, o que era impossível pois o efeito da radioatividade na população em geral é predominantemente a incidência maior de câncer, que pode se revelar apenas muito tempo depois do acidente. De fato, houve contaminação de alimentos na Europa, o que repercutiu no Brasil devido à inoportuna importação de leite europeu. Ademais, atribui-se o acidente à inferioridade da tecnologia soviética.

É bom lembrar que em 1979 o reator norte-americano de Three Mile Island afligiu o mundo por mais de uma semana por causa de um acidente grave de perda de refrigeração, felizmente controlado antes de assumir caráter catastrófico. Certamente a existência do prédio de contenção reforçado em reatores do tipo de Three Mile Island e de Angra dos Reis aumenta a sua segurança contra o escape da radioatividade para o ambiente. Por outro lado, o uso de água a alta pressão nestes reatores traz maior risco de explosão de vapor em caso de rompimento do circuito primário com perda de refrigerante e superaquecimento das barras com urânio onde ocorrem as fissões nucleares convertendo a energia de ligação dos pró-

tons e nêutrons nos nucleares atômicos em energia térmica.

O grande ponto polêmico hoje é a probabilidade de o prédio de contenção romper-se em uma explosão de vapor extremamente forte. Ela é baixa mas não é nula. A questão é: quão baixa deve ser essa probabilidade para ser aceitável pelo público? A resposta não é estritamente técnica, ela tem um forte componente político, do qual não se deve subtrair subjetividade que só pode ser equacionada pela via democrática e participativa.

Logo após Chernobyl, o Presidente da República convocou uma comissão presidida pelo Ministro das Minas e Energia, com participação dos presidentes das empresas e órgãos oficiais envolvidos no setor nuclear e de alguns físicos de fora do Governo. Este foi um fato positivo, mas as recomendações dessa comissão não foram implementadas devidamente.

Permanece inalterada a estrutura antorilária de controle da energia nuclear, tendo a Comissão Nacional de Energia Nuclear passado a se subordinar à Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, ou seja, à Casa Militar. O Sistema de Proteção ao Programa Nuclear também continua como era, controlado militarmente. As medidas para melhorar o plano de emergência para evacuação da população de Angra dos Reis em caso de acidente foram incompletas, permanecendo os mesmos prazos dilatados, muito otimistas quanto ao máximo acidente tomado como hipótese para o plano de evacuação.

Quanto aos reatores, Angra 1 teve alguns problemas técnicos, resolvidos por Furnas; e há um projeto sendo implementado para melhorar sua segurança através de monitoração e controle mais eficazes para sua operação. A construção de Angra 2 está muito atrasada e faltam recursos financeiros. A de Angra 3 está efetivamente paralisada, com equipamentos comprados na Alemanha estocados.

O mais sério hoje é a prioridade dada pelo Governo ao Programa nuclear paralelo controlado pelas Forças Armadas desde o Governo do General Figueiredo, incluín-

do o ciclo do combustível nuclear, cuja transferência pelo Acordo não se realizou, e o desenvolvimento de um submarino nuclear no País. A preocupação manifestada pela comunidade científica é que um projeto para desenvolver a tecnologia das bombas nucleares esteja subjacente a esse programa, sob o sigilo militar e fora do controle do poder civil. A descoberta pela "Folha de São Paulo" de uma estranha perfuração própria para testes nucleares subterrâneos de uma base de Aeronáutica na Serra do Cachimbo estimula essa apreensão. Enquanto isso a Marinha construiu um pequeno reator de urânio natural no Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, em São Paulo, e está construindo instalações de grande porte em Iperó para enriquecer urânio e fazer um reator que simule o de um submarino nuclear. Compõe o quadro de indícios preocupantes a descoberta também pela "Folha de São Paulo" da chamada conta Delta 3, secreta e inconstitucional, na Comissão Nacional de Energia Nuclear, cuja apuração, iniciada pelo Procurador da República no Rio, foi sustada em Brasília após a intervenção do Chefe da Casa Militar.

Em relação ao debate na Constituinte, as entidades da comunidade tecnológica, científica e universitária reunidas em Brasília, elaboraram uma proposta encaminhada à Subcomissão de Ciência e Tecnologia para que se inclua na Constituição a necessidade do controle democrático do uso da energia nuclear no País, inclusive alguma forma de consulta à sociedade sobre a construção de instalações nucleares, e a proibição da fabricação, transporte e estocagem de bombas nucleares no País. Uma subscrição popular de um abaixo-assinado com este último ponto está sendo promovida por diversas entidades, além de organizações pacifistas e ecologistas.

Espera-se que os constituintes se sensibilizem para a importância dessas questões, que têm a ver com a paz na América Latina.

Luiz Pinguelli Rosa é Diretor de Coordenação do Programa de Pós-Graduação de Engenharia da UFRJ.